

 [rss 0.92](#) | [rss 1.0](#) | [rss 2.0](#) | [atom](#)



[>>Busca avançada](#)

[Quem Somos](#) | [Ficha técnica](#) | [Colaboradores Especiais](#)

[Ligações](#) | [Contactar](#) | [Recomendar a um amigo](#)

Secções:

[Colaboradores](#) : [Destques](#) : [Editores](#) : [Outros autores](#) : [Serpa 2004](#) : [Serpa 2007](#) : [Serpa 2010](#) :

O sistema comunal e o princípio da auto-crítica

[Istvan Meszaros*](#)

18.Fev.08 :: [Colaboradores](#)



“A adopção consciente e a manutenção bem sucedida do princípio orientador da auto-crítica são um requisito absolutamente fundamental para a alternativa hegemónica e historicamente sustentável à ordem social metabólica do capital como sistema orgânico. Dado que ele não lhe é permitido conflitar com as necessariamente abertas determinações históricas da ordem alternativa reprodutiva do trabalho, a vislumbrada e perseguida fidelidade ao princípio prático operativo metodológico da auto-crítica na prática e na teoria, necessita de ser permanentemente abraçado em relação ao novo, a uma formação social positivamente durável.”

1.

A adopção consciente e a manutenção bem sucedida do princípio orientador da auto-crítica são um requisito absolutamente fundamental para a alternativa hegemónica e historicamente sustentável à ordem social metabólica do capital como sistema orgânico.

Dado que ele não lhe é permitido conflitar com as necessariamente abertas determinações históricas da ordem alternativa reprodutiva do trabalho, a vislumbrada e perseguida fidelidade ao princípio prático operativo metodológico da auto-crítica na prática e na teoria, necessita de ser permanentemente abraçado em relação ao novo, a uma formação social positivamente durável. Precisamente, através do contínuo e genuíno exercício desse princípio orientador, torna-se possível corrigir a tempo as tendências que podem não só aparecer como também piorar, consolidando-se, elas mesmas, em favor de uma ossificação de um determinado estágio do presente, minando as perspectivas de um futuro sustentável.

Isto é assim porque a coordenação e integração consensual das necessariamente variadas medidas – mas inicialmente local e parcialmente adoptadas, e, como resultado, de decisões conflitantes – num todo coerente, é inconcebível sem uma real auto-crítica. O tipo de conflito potencial com que nos preocupamos aqui, dadas as circunstâncias de que algumas medidas e decisões importantes são tomadas primeiramente

num nível local e parcial antes de serem tomadas num ponto de vista compreensivo global, devem ser, de facto, ainda mais inadiáveis do que alguma vez foram na modalidade socialista de reprodução societal. Tudo isto, tendo em vista o carácter substantivamente democrático baseado na superação vertical/hierárquica da divisão do trabalho. Por essa razão, uma forma apropriada de precaver – através de uma auto-crítica conscientemente adoptada pelas pessoas – contra os perigos que podem resultar de possíveis conflitos é uma matéria de grande importância.

A diferença qualitativa do sistema orgânico do trabalho como alternativa necessária ao modo social de reprodução metabólica estabelecido reside, e é impensável, sem uma adopção consciente da auto-crítica como um princípio orientador vital. Ao mesmo tempo, é impossível conceber a adopção consciente e a operação de auto-crítica como um princípio duradouro de orientação sem um certo tipo de reprodução societal que se deve manter como um verdadeiro sistema orgânico, sem o perigo de descarrilar do curso de desenvolvimento histórico entretanto aberto. Aqui estamos a falar de uma correlação dialéctica entre um diferente tipo de sistema orgânico necessário no futuro e o princípio orientador da auto-crítica que, conjugados entre si, tornam viável esse novo tipo de sociedade.

Nem o novo tipo de sistema orgânico qualitativamente diferente, nem o princípio orientador e operativo da genuína auto-crítica podem funcionar positivamente sem o outro. Contudo, esta reciprocidade dialéctica não deve constituir-se num círculo conveniente, como uma desculpa pronta para justificar a ausência de ambos, ao apologeticamente enfatizar que a realização de um deles não seria possível sem a completa realização do outro, e vice-versa. Como bem sabemos, um círculo conveniente assumido torna-se um verdadeiro círculo vicioso. Na verdade, a correlação dialéctica entre um sistema orgânico novo e o órgão de auto-crítica definem-se, eles mesmos, pela complementaridade com que cada um deles, desde fases iniciais do seu desenvolvimento histórico, ajuda um ao outro a crescer e a maturar. Isto acontece a partir do momento que surge a necessidade de instituir uma alternativa hegemónica do trabalho, face à profunda crise estrutural do capital. Esta última, uma ordem societal reprodutiva crescentemente destrutiva.

Dado que a alternativa necessária à ordem social inerentemente destrutiva do capital deve ser um sistema orgânico qualitativamente diferente, só um sistema comunal de produção pode realmente qualificar esta questão. Por outras palavras, só um sistema organizado comunal é capaz de providenciar a estrutura geral para o contínuo desenvolvimento de multifacetadas e substantivamente partes constituintes equitativas de um modo socialista de integração de todas as forças criativas – individuais e colectivas – num todo coerente, como um sistema orgânico viável de reprodução social metabólica.

O sucesso desta empreitada é viável apenas se a visualizada integração deste novo tipo de sistema orgânico for completada de tal forma que as partes que reciprocamente se suportam numa base positivamente aberta, no espírito de uma consciente auto-determinação, providenciar aos produtores livremente associados a amplitude necessária para a sua auto-realização como “indivíduos ricamente sociais” (nas palavras de Marx), portanto, através da forma altamente sustentável de interacção metabólica entre eles e com a natureza.

Este é um requisito seminal da “nova forma histórica” da alternativa hegemónica necessária do trabalho à ordem metabólica do capital. Evidentemente, o princípio da auto-crítica é parte integrante do espírito da consciente auto-determinação pelos produtores livremente associados. Mas como é evidente, a auto-determinação dos indivíduos sociais merece apenas o seu nome se a aplicação do princípio orientador vital da auto-crítica for o resultado de um acto voluntário conscientemente escolhido. Qualquer tentativa arbitrária de impor um ritual de auto-crítica a partir de cima, como conhecemos do passado stalinista, não será mais do que uma dolorosa adulteração, com imensas consequências contraproducentes e reversos no próprio desenvolvimento histórico.

2.

Dado que o sistema comunal – em claro contraste com a lógica auto-expansiva e destrutivamente cega do capital – não pode contar com determinações económicas que «trabalhem nas costas dos indivíduos», a única forma viável de planear as suas tarefas, de acordo com as determinações voluntárias dos indivíduos livremente associados, é activando plenamente o princípio orientador e operativo da auto-crítica em todos os níveis. Isto significa positivamente activá-lo de acordo com as preocupações dos indivíduos, inclusive dos mais elevados e complexos processos de decisão de interacção compreensiva societal, com o seu impacto inevitável na natureza. E a inevitabilidade desse impacto não implica simplesmente as óbvias determinações

temporais do presente mas também a, longo prazo, a dimensão histórica do novo sistema orgânico comunal, modo conscientemente desenhado e construído de controlo metabólico social global.

Regressaremos mais tarde à discussão de algumas determinações contrastantes do sistema comunal como única alternativa histórica sustentável ao sistema orgânico crescentemente destrutivo do capital. Mas primeiro é necessário considerar as possibilidades e as limitações da auto-crítica em termos gerais, e ainda não em relação com as suas modificadas potencialidades que contribuam para a construção de um sistema comunal.

Não é preciso dizer que a auto-crítica é (ou, pelo menos, assim se espera) parte integrante da actividade intelectual particular de cada indivíduo. Quando pensamos em algumas das maiores conquistas intelectuais, independentemente do conteúdo social com que estão associadas – como a síntese filosófica hegeliana, por exemplo – a contribuição criativa da auto-crítica é suficientemente clara, por vezes explicitamente vincada.

Contudo, as limitações são igualmente evidentes quando consideramos o negativo impacto das determinações sociais, mesmo no caso das monumentais construções filosóficas como a síntese de Hegel. Isto não é, de forma alguma, surpreendente. Isto porque existem algumas situações históricas e constrangimentos sociais associados que mesmo um grande pensador pensa impossível “saltar por cima de Rodes [1]”, segundo as palavras de Hegel. A Revolução Francesa e a fase ascendente de desenvolvimento do sistema do capital ofereceram um horizonte positivo para as conquistas de Hegel. A dimensão intrinsecamente exploradora do sistema do capital presente nas suas determinações mais profundas – que se tornaram crescentemente dominantes com o passar do tempo, mostrando conterem graves implicações para o futuro, nomeadamente na fase descendente de desenvolvimento da ordem burguesa – bem como a aceitação acrítica das contradições do sistema e a defesa dos seus antagonismos estruturais explosivos tornaram-se mais evidentes, pelo que levaram a filosofia hegeliana a uma reconciliação conservadora especulativamente articulada.

Com efeito, Marx correctamente caracterizou a limitação social que intervinha contra o intento auto-crítico de grande filósofo, sublinhando que «o ponto de vista de Hegel é o da moderna economia política»[2]. A aceitação de tal ponto de vista traz, obviamente, consequências de monta. Pois que, a partir do momento em que pressuposições reconciliadoras dos imperativos práticos da economia política do capital entram em cena sem serem questionadas, mesmo que transubstanciadas com grande consistência por Hegel, elas acabam por afectar decisivamente e de um modo especulativo o carácter geral de uma anterior quase inconcebível e genial síntese filosófica. Podemos encontrar muitas frases desta aproximação reconciliadora apresentada por Hegel sob o nome do “Espírito do Mundo”, construído a partir do ponto de vista da economia política do capital. Mas, inevitavelmente, quando tais limitações correspondentes ao ponto de vista do capital entram em cena e tolhem o exercício crítico – não apenas no sistema hegeliano, mas também no trabalho de outros pensadores maiores que conceptualizaram o mundo a partir do ponto de vista da economia política do capital, como o gigante do Iluminismo escocês Adam Smith – elas próprias mais ou menos conscientemente internalizam as mais problemáticas pressuposições críticas do sistema e seus imperativos objectivos, articulando dessa forma a posição que incorpora os interesses socioeconómicos fundamentais e os valores centrais de uma ordem reprodutiva societal com a qual se identificam. É isto que define os limites máximos à mais bem-intencionada auto-crítica.

Evidentemente, não há qualquer tipo de fatalidade nas determinações de classe sobre os pensadores. Há muitas figuras políticas e intelectuais, inclusive alguns dos mais proeminentes, que romperam os laços com a sua classe e produziram os seus sistemas estratégicos radicais, com poderosas implicações práticas revolucionárias e com correspondência nos movimentos sociais. Tudo isto em contradição irreconciliável com os interesses fundamentais da classe em que nasceram e com relação à qual tiveram de definir as posições que vieram a tomar. A este respeito, basta lembrar os nomes de Marx e de Engels.

É verdade que em períodos de conturbações sociais e de grandes levantamentos, a motivação pessoal de muitos indivíduos de reexaminar radicalmente a sua própria pertença de classe surge e que, onde conjuntamente com o papel com que as classes privilegiadas costumam jogar em determinadas circunstâncias históricas, fazem com que aqueles vão até ao ponto de se comprometerem com uma luta para toda a vida contra as funções repressivas das classes de onde vieram, isso seja superior e mais frequente que em circunstâncias normais. O oposto é igualmente verdade, no sentido em que períodos políticos de avanço do conservadorismo – como a actual fase chamada de neoliberal de desenvolvimentos abertamente

reaccionários nas últimas três décadas do século XX, por exemplo – e de crescimento económico tendem a coincidir com recuos dos intelectuais e com a aceitação de modas pseudo-teóricas absurdas. Este último fenómeno caracteriza-se por pequenos intervalos consecutivos preenchidos por pessoas preocupadas efémeros protagonismos irracionais e superficiais.

Porém, a questão é que tais eventos e correlações conjunturais não alteram o fundo das questões históricas fundamentais. Nem mesmo quando temos em mente alguns dos mais geniais representantes da economia política que no seu tempo se identificaram com o ponto de vista do capital, como Hegel e Adam Smith. Os limites para a capacidade de um pensador assumir uma verdadeira instância crítica, tendo na base a sua prontidão para exercitar a requerida auto-crítica no processo, são decididos em última análise pela configuração histórica global das forças sociais em interacção. Estes limites envolvem todas as dimensões de desenvolvimento, incluindo as condições elementares para a sobrevivência da humanidade no planeta no seio de uma crise estrutural profunda que tem levado à destruição da natureza.

Relativamente a esta correlação, não foi acidental que a fase ascendente do capital – até um certo ponto favorável à adopção de uma perspectiva crítica, mesmo que de forma limitada – tenha assistido aos maiores desenvolvimentos da economia política clássica. Inversamente, a fase descendente do sistema do capital tem trazido um empobrecimento teórico penoso, acompanhado de uma apologia cega da economia vulgar que se tem confinado a «sistematizar de forma pedante verdades absolutas, as ideias feitas por uma burguesia auto-complacente em relação ao seu próprio universo, como se este fosse o melhor dos mundos possíveis»[3], como Marx criticou severamente. Assim, desconcertante e tragicamente como parece ser, no decurso do desenvolvimento do sistema histórico do capital, mesmo o espaço limitado de auto-crítica da sua fase ascendente foi substituído pela ideologia de eternalização do sistema e por uma imposição prática autoritária das políticas mais retrógradas sobre todas as forças dissidentes e contestatárias, não importando o grau de gravidade com que se depara a humanidade.

3.

O original campo de auto-crítica na fase ascendente do capital foi bastante importante, apesar das suas óbvias limitações de classe. A relevância desta conexão está longe de ser negligenciável porque nos requisitos do avanço científico em geral – sem que os avanços da economia política clássica seriam impensáveis – um elemento de auto-crítica é uma condição necessária para uma compreensão crítica do objecto de estudo no seu todo.

É por isso que Marx coloca em relevo a questão da analogia entre o elemento crítico no desenvolvimento histórico do cristianismo e um relativo melhor entendimento da burguesia da sua ordem reprodutiva, quando esta assumiu uma atitude menos mitológica no que toca ao seu próprio modo de produção. Podemos ver esta ligação sublinhada numa importante passagem dos Grundrisse de Marx onde ele liga o ponto teórico geral – relativamente às principais categorias económicas de um estágio histórico mais avançado da reprodução societal – e as necessárias mas usualmente negligenciadas qualificações de tal ponto teórico geral para uma adequada conceptualização da ordem socioeconómica do capital como a forma mais avançada de desenvolvimento social. Vejamos como Marx coloca esta questão:

«A economia da sociedade burguesa fornece-nos a chave para a compreensão da antiga, etc. Mas não da maneira com que esses economistas passam por cima de todas as diferenças históricas e vêem relações burguesas em todas as formas de sociedade. Podemos compreender o tributo ou a gleba, etc., se estivermos familiarizados com o conceito de renda fundiária. Mas esses conceitos não devem ser identificados como sinónimos. Mais, já que a sociedade burguesa é em si mesma uma forma contraditória de desenvolvimento, relações derivadas de anteriores formas sociais serão frequentemente encontradas dentro daquela de forma transformada ou travestida. Por exemplo, a propriedade comunal. Se é verdade que as categorias da economia burguesa possuem um grau de verdade acerca de outras formas de sociedade, tal não deve ser considerado sem uma pedra de sal. As categorias burguesas podem conter relações passadas numa forma desenvolvida ou caricaturada mas sempre com uma diferença essencial. A chamada apresentação histórica do desenvolvimento sustenta-se, em geral, no facto de a forma mais recente contemplar a mais antiga como um passo que levou a ela e na medida em que só muito raramente e sob circunstâncias específicas é capaz de a criticar – deixando de lado, obviamente, os períodos em que aparecem como decadentes – e sempre de unilateralmente. A religião cristã foi progressiva e precisa na compreensão objectiva de mitologias anteriores apenas quando a sua auto-crítica atingiu um certo nível, digamos *dynamei*. Da mesma forma, a economia burguesa chegou a um entendimento da economia feudal, oriental ou antiga depois de a própria auto-crítica

da sociedade burguesa ter começado. Na medida em que a economia burguesa não se mitificou ao identificar-se indistintamente com o passado, a sua crítica das economias anteriores, particularmente do feudalismo com o qual se enfrentou numa luta directa, faz lembrar a crítica do cristianismo relativamente ao paganismo ou do protestantismo em relação ao catolicismo»[4].

A “anatomia da sociedade civil” foi produzida pela economia política clássica nessa base, uma vez que a visão mitológica do passado de uma burguesia emergente se tornou irrelevante para a vitória contra o feudalismo. Como escrevia de forma entusiástica e optimista um dos companheiros do Iluminista escocês Adam Smith, Henry Home, «a razão irá banir pela sua autoridade soberana todo o tipo de perseguição. No próximo século será considerado estranho que a perseguição tenha prevalecido entre os seres humanos. Será eventualmente duvidado que alguma vez tenha sido posta em prática»[5]. Este autor estava igualmente entusiasmado com as potencialidades de uma nova ética do trabalho, em contraste com ociosidade da anterior classe dirigente insistindo que «tal actividade é apenas essencial para o ser social: ela não o é para o ser egoísta depois de assegurados os seus meios de existência. Um homem egoísta que, pela sua opulência tem todos os luxos da vida ao seu comando e dependentes a seu cargo, não tem tempo para essa actividade»[6].

A auto-confiança da nova visão que produziu reais avanços científicos na compreensão da produção da riqueza social[7] corresponde inteiramente à fase histórica atingida desde então pelo capital. Daí para a frente deixou de haver necessidade para a auto-crítica, ficando apenas para questões secundárias ou pontuais. O poder do capital afirmou-se em todos os domínios. Nem mesmo a anteriormente problemática esfera do político pode exercer qualquer resistência significativa ao seu avanço. Pelo contrário, o Estado tornou-se progressivamente parte integrante das determinações globais do sistema do capital, sob o primado do processo de reprodução material. Desta forma tudo foi subsumido sob a batuta do capital como o mais poderoso sistema orgânico auto-expansionário, apesar dos seus inerentes antagonismos. E dada a sua dominância não desafiada na actualidade, parece óbvio que esse seria um sistema natural para todos os que conceptualizam o capital a partir do próprio ponto de vista desse sistema orgânico. É por isso que Adam Smith resumiu todas essas posições ao dizer que o capital incorporava «um sistema natural de perfeita liberdade e justiça»[8].

4.

O sistema orgânico comunal, como a única alternativa hegemónica viável à ordem sociometabólica do capital, não se pode dar ao luxo de ser auto-complacente e auto-confiante consigo mesmo. Ele não pode crescer e sustentar-se, desde o momento de uma sua auto-constituição, sem a adopção consciente de uma auto-crítica apropriada para as suas condições de desenvolvimento que estão sempre a mudar.

O auto-constituente sistema comunal não pode contar com determinações económicas que “trabalhem nas costas dos indivíduos”: o óbvio modo de operação da ordem social metabólica do capital ao longo da sua história. Esta última forma de determinação económica está sintonizada com o carácter inconsciente das partes específicas do processo de reprodução do capital – inerente à pluralidade dos capitais relativamente autónomos e auto-expansivos – e que preenche uma função correctiva no sistema. Permite que os capitalistas individuais atinjam os seus objectivos, na expectativa de alcançarem os seus interesses particulares, mas que impede que contradigam as determinações sistémicas fundamentais do seu modo de produção comum. As determinações sistémicas fundamentais e os imperativos práticos objectivos – que trabalham por trás das costas dos capitalistas individuais – forçosamente impõem-se sobre as decisões particulares excessivamente auto-centradas. Para além de um certo ponto, essas últimas tendem a minar a viabilidade geral do sistema orgânico historicamente dominante, por via de uma insuperável tendência centrífuga de uma inconsciente (inalteravelmente auto-orientada) consciência dos capitalistas individuais.

Com efeito, a inconsciência consciente em questão é simultaneamente a manifestação de incuráveis interesses conflituais/adversários e suas correspondentes estratégias. O prosseguimento de tais interesses intensifica o carácter inconsciente de todo o processo. Eles fornecem aos capitalistas particulares a possibilidade de antecipar os desígnios do concorrente e as respostas destes aos seus movimentos – ao reciprocamente tentarem bater o outro como competidores através de uma aceitação firmemente estabelecida socialmente (e legalmente) – como muito mais opacas. Esta é uma das razões mais significativas porque a concorrência entre adversários é estruturalmente insuperável, mesmo se a tendência centrífuga dos interesses

particularistas não é permitida que chegue a um ponto descontrolável, sob pena de colocar em perigo a sobrevivência do sistema como um todo.

Naturalmente, esta competição insuperável e inerente ao sistema do capital não está confinada à confrontação e potencial colisão de interesses particulares capitalistas. Se fosse apenas isso alguns melhoramentos significativos poderiam ser viáveis, tal como eles foram postulados na forma ideológica de remédios imaginários: desde a constantemente propagandeada ficção do “capitalismo popular” até à projecção de um “planeamento capitalista harmonioso”, passando pela tecnoestrutura universalmente reconciliadora de John Kenneth Galbraith.

Contudo, debaixo da competição dos interesses capitalistas particulares – que aliás afectam directamente o próprio potencial de ir resolvendo ou atenuando as confrontações de capitalistas individuais – nós encontramos o estruturalmente não-eliminável antagonismo fundamental entre o capital e o trabalho como portadores rivais de formas hegemónicas alternativas de controlar o processo social metabólico global. O capital sobrevive na condição – e apenas nessa forma – se for capaz de preservar e reforçar esse antagonismo estrutural extremamente enraizado que constitui o pressuposto material e ideológico necessário da sua ordem social reprodutiva. Pelo contrário, o trabalho só é bem-sucedido se instituir um modo de reprodução societal qualitativamente diferente – o sistema orgânico comunal – que vá historicamente ultrapassando e superando esse antagonismo, atirando para o passado a dominação estrutural hierárquica de uma imensa maioria de seres humanos por uma pequena minoria, como ocorre no sistema do capital.

A instituição e a operação bem-sucedida de tal alternativa hegemónica são obviamente inconcebíveis sem o controlo consciente da actividade-vida pelos indivíduos sociais livremente associados. Neste capítulo, as dimensões individuais e sociais estão inextricavelmente interligadas.

É evidente que o controlo societal consciente dos necessários processos de tomada de decisões implica inquestionavelmente uma profunda identificação dos indivíduos particulares com os objectivos perseguidos – onde são esperados que introduzam e executem, de uma forma responsável, as decisões a tomar. Mas a circunstância não faz deste um problema, um assunto de ordem individual. Os constituintes individuais e sociais de uma genuína consciência socialista poderiam falhar em conjunto no seu papel mutuamente necessário se uma não melhorar positivamente a outra e assim sucessivamente. Para que o real envolvimento pessoal dos indivíduos particulares na realização dos objectivos e das estratégias escolhidas sejam concebíveis, só se se verificarem condições sociais gerais que activamente favoreçam o processo, em vez de o reverter. Sem esta última condição poderia surgir alguma forma de adversidade que poderia minar e travar a articulação de uma consciência social coesa e compreensiva.

É por isso que um certo tipo de ordem social metabólica – enfaticamente: o sistema orgânico comunal – tornaria plenamente compatível a produção e o contínuo melhoramento das requeridas consciências individuais e sociais. A instituição e a consolidação auto-determinada de tal tipo de sistema reprodutivo são as únicas maneiras de superar a adversidade entre social e individual, providenciando um amplo espectro de possibilidades para a realização cooperativa das conscientes decisões tomadas livremente pelos indivíduos.

O significado de cooperativo, no sentido profundo do termo – que é essencial para a acção socialista sustentável – implica a capacidade mas também a determinação dos indivíduos sociais para se dedicarem à realização de determinadas tarefas e também para autonomamente modificarem as suas acções à luz da leitura conjunta das consequências que possam daí advir. Este modo de acção auto-correctiva é muito diferente das variantes conhecidas de dominação por uma autoridade separada, imposta acima dos indivíduos, e é igualmente muito diferente do cego impacto prevalecente das consequências indesejáveis da consciência inconsciente mencionada acima. Essas consequências surgem inevitavelmente na ordem social metabólica onde as leis e determinações económicas trabalham sem a consciência dos indivíduos e no interesse da sobrevivência do sistema do capital, mesmo que coloquem em causa a própria sobrevivência do planeta.

Assim, consciência e auto-crítica são inseparáveis uma da outra como princípios orientadores e operativos de tomada de decisões e de execução no sistema orgânico comunal. Isto é facilmente compreensível. A correcta auto-consciência dos indivíduos deve incorporar a compreensão positiva do impacto real e potencial das suas decisões e acções nos seres humanos, o que é algo inconcebível sem a adopção livre da auto-crítica. Ao mesmo tempo, a consciente vigilância na interacção societal de tipo comunal contra o estabelecimento e

consolidação de interesses particulares disfarçados – que inevitavelmente reproduziriam uma adversidade de uma forma ou de outra – e a positiva forma de prevenir esses interesses do capital disfarçados através do reforço da igualdade substantiva, constituem a condição para uma compreensão auto-crítica e consciente dos indivíduos sociais nas suas várias interações sociais.

Para além disso, há uma dimensão do problema que transcende a existência directa dos indivíduos particulares tanto no tempo como no espaço. Obviamente, eles têm uma vida muito mais curta que o desenvolvimento histórico global da humanidade. E enquanto os indivíduos são partes constituintes de um determinado estado de desenvolvimento da humanidade, eles, ao mesmo tempo, são membros activos de uma comunidade particular, com a sua história específica e com diversos problemas que surgem para eles ultrapassarem. Isto é visível sobretudo num estado pouco desenvolvido do sistema comunal em questão, quando a necessidade de superar as maiores desigualdades herdadas do passado representa ainda um problema de grande dificuldade. Ainda no que toca à escala temporal geral de desenvolvimento existem algumas consequências de determinadas formas de acção anteriores que podem – e devem – ser modificadas num maior espaço de tempo, muitas das vezes para além do tempo de vida da geração que foi responsável por conscientemente adoptar a via socialista.

Contudo, estas considerações não colocam em causa a vital importância dos princípios orientadores e operativos da consciente tomada de decisão pelos indivíduos – e a apropriada auto-crítica associada – nas suas interações sociais metabólicas com a natureza e entre eles. Estes princípios apenas sublinham a necessidade da solidariedade real e a sua expansão para as mais diversas comunidades e através das várias gerações. Aprendendo com as lições do passado não deixa de ser relevante por, simultaneamente, adoptar os princípios da acção consciente auto-crítica. É notório quão frequentemente eventos históricos trágicos reaparecem e causam devastação, muito por via da recusa dos interessados em confrontar o desafio de lidar com eles, incluindo o seu próprio papel na aceitação do desenvolvimento dos primeiros. A implosão do sistema de tipo soviético foi uma das maiores experiências trágicas do século XX para o movimento socialista. Será ainda mais grave se não tirarmos daí as lições apropriadas.

5.

A constituição de um sistema comunal, através da adopção e melhoramento da auto-crítica consciente, é indubitavelmente um processo que impõe dificuldade na sua aprendizagem. Marx antecipou a importância de tal auto-crítica no seu panfleto O 18 de Brumário de Luís Bonaparte ao dizer que as revoluções proletárias «criticam-se a si mesmas constantemente, interrompem-se continuamente no seu decurso, regressam à ordem estabelecida, ridicularizam sem piedade as inadequações e fraquezas das suas primeiras tentativas, parecem deitar abaixo o seu adversário só para o que este surja de novo mais forte da terra, mais gigantesco, e prossiga com infinito prodígio os seus objectivos, até que uma situação esteja criada e que torne todo o voltar a trás impossível e as condições gritem:

Hic Rhodus, hic salta!

Aqui está Rodes, salta aqui!» [9].

Neste sentido, aprender com a experiência histórica é uma parte importante do processo de auto-crítica. Especialmente quando estamos concentrados com os desenvolvimentos históricos actuais associados com os objectivos socialistas, tal como foram feitos pelo sistema soviético. Compreensivelmente, Marx não foi contemporâneo deles e não poderia ter dado conta das especificidades históricas dos desenvolvimentos pós-revolucionários levados a cabo por Staline em nome do “socialismo num só país” e que no final trouxeram a implosão do sistema do capital pós-capitalista de tipo soviético. Todavia, a forma como Marx caracterizou o sistema orgânico do capital na sua etapa mais desenvolvida, porque os seus constituintes reciprocamente se sustentam – e, assim, chamando atenção para a sua mudança ao máximo ao nível das relações jurídicas mas mantendo mais ou menos intacta a relação do capital, incluindo as novas formas de personificações materializadas por esse sistema – ajudar a esclarecer no que correu mal e oferece indicações importantes para a necessária auto-crítica do futuro. Como a que tem de ser feita à grotescamente acrítica concepção do “socialismo de mercado”, que só oferecia um remédio fantasioso ao sistema e que estava condenada desde o início, pavimentando o caminho para uma restauração capitalista.

O ponto que retoma a projecção acrítica do “socialismo de mercado” apresentado anteriormente, está de novo presente na China[10]. No passado, essa fantasia do socialismo de mercado apareceu no tempo de Marx se bem que com outro nome. Marx foi muito claro sobre o que achava disso quando, nos Grundrisse,

sublinhou que «a ideia sustentada por alguns socialistas de que precisamos do capital mas não dos capitalistas está errada. Está inscrito no conceito de capital que as condições objectivas de trabalho – e que estas são o seu próprio produto – tomam a forma de uma personalidade»[11]. E acrescentou numa passagem da mesma obra que «o capital para-si-mesmo é o capitalista. Alguns socialistas dizem que “precisamos do capital, mas não dos capitalistas”. Assim, o capital aparece como uma coisa pura, não como uma relação de produção que, reflectido sobre si mesmo, é precisamente o capitalista. Eu posso separar o capital de um dado capitalista individual e um pode ser comutado pelo outro. Mas, separado do capital, aquele perde a qualidade de ser um capitalista. Assim, o capital é separável de um capitalista individual, mas não da figura do capitalista que, como tal, controla o trabalhador no processo de produção»[12].

É uma concepção similarmente mistificante e auto-desarmante aquela que quando descreve a relação entre trabalho e capital, de uma forma superficial, considera-a como uma relação entre compradores e vendedores, hipostasiando uma igualdade fictícia no lugar da real e efectiva dominação e subordinação hierárquica e estruturalmente instituída. A total ausência crítica – e auto-crítica – desta relação social estava bem presente na estratégia absurda do socialismo de mercado adoptada por Gorbachev e outros. Na realidade, a relação que estamos a falar – entre o trabalho e o capital – não tem nada que ver com uma genuína relação de mercado, como a que se estabelece entre empresas capitalistas particulares ao trocar os seus produtos, mas a sua falsa aparência. A profunda determinação substantiva da interacção entre o capital e o trabalho é, na verdade, uma relação de poder assente na supremacia do capital. A sua real substância – firmemente estabelecida na esfera da produção – encontra-se escondida por debaixo a falsa aparência das transacções pseudo-equitativas na esfera da circulação. Como Marx tornou claro: «não é um mero comprador nem um mero vendedor que se encontram face a face na esfera da circulação, no mercado, como comprador e como vendedor. A relação como capitalista e como trabalhador é o pressuposto essencial para a sua posterior relação como compradores e como vendedores de força de trabalho»[13].

Assim, nesta concepção estrategicamente desarmante e desviante, a configuração de uma transformação social sustentável total – a visão socialista como uma necessidade histórica alternativa ao sistema orgânico do capital – está completamente ausente. O lugar desta visão socialista é tomado por uma mistura eclética de projecções tácticas voluntaristas (consideradas como medidas estratégicas acertadas) e por elementos da ordem material e estabelecida do capital. Tal como acontece com a panaceia da adopção do chamado mecanismo de mercado, que não é mecanismo simples nenhum, mas antes um constituinte integral do sistema orgânico do capital, portanto na sua própria natureza claramente incompatível com a mudança socialista necessária. E como a necessária orientação estratégica do sistema orgânico comunal nunca está contemplada nessas concepções, não há nelas qualquer espaço para a adopção consciente da auto-crítica: uma condição elementar para o sucesso do empreendimento socialista. Desta forma, ninguém deve ficar surpreendido com a restauração do capitalismo.

6.

Uma das mais importantes razões porque só o sistema orgânico comunal pode enfrentar o desafio de adoptar como normal e indefinidamente sustentável o modo de operação do princípio da auto-crítica tem que ver com a persistência post festum do carácter insuperável do controlo social metabólico pelo sistema orgânico do capital.

Isto é assim mesmo que só algumas das características definidoras do sistema antigo sejam mantidas entre os princípios gerais dos desenvolvimentos pós-revolucionários, independentemente das suas razões. É, evidentemente, compreensível que um país cercado pelo inimigo capitalista e que tenta cortar os seus laços anteriores com o sistema global do capital, tome medidas e respostas de tipo capitalista. Contudo, elas não devem fornecer uma desculpa, como aconteceu na Rússia de Staline, para incorporar características alienantes e disruptivas de um anterior modo de administração – como o controlo estrito das empresas a partir de cima, como herdado do autoritarismo da fábrica veiculado pelo capitalismo – no novo sistema. No sistema orgânico do capital, essa característica é uma parte integral das suas determinações sistémicas globais, e, por isso, não podem ser sustentadas isolada e acriticamente. Na sua versão capitalista, o autoritarismo da fábrica é inseparável, e mesmo fortalecido e reforçado, pela tirania do mercado.

Se, então, a gestão de uma empresa socialista for feita a partir de cima (na verdade, uma contradição entre termos) falha em produzir voluntaristicamente os resultados positivos projectados, nesse caso é fácil surgirem repetidos apelos para legitimar o seu irmão gémeo. Isto é, apelos para o estabelecimento de uma

“economia socialista de mercado” (outra contradição incorrigível nos seus termos), com o seu próprio tipo de tirania incontrolável, tendem no seu topo aqueles que alegremente abraçaram e anseiam por renovadas ligações das sociedades pós-revolucionárias com o mercado global capitalista. E assim tem acontecido.

É uma verdade ainda mais desconfortável saber que esta tendência para a restauração capitalista na União Soviética não começou com Gorbachev. Ele apenas consumou a sua variante final. E ela não começou com Krutchev, algumas décadas antes. Krutchev apenas lhe deu uma forma de prática mais pronunciada, com a sua correspondente legitimação. De facto, a tendência para a restauração capitalista começou com Staline, como discuti e documentei em maior detalhe na minha obra *Para Além do Capital* [14]. Tal caminho seguido, com todas as suas implicações fatais, existiu cerca de cinquenta anos antes, quando o anterior estado de emergência no contexto da Segunda Guerra Mundial e da posterior reconstrução, tiveram que ser abandonados dado o fim das circunstâncias em que tinham surgido.

Em relação à questão da necessária auto-crítica para o desenvolvimento socialista sustentável, como foi discutida acima em relação aos indivíduos e às estratégias sociais, o facto é que mesmo a parcial retenção das determinações herdadas do passado carrega sempre um fardo pesado para o futuro. Isto pode ser sublinhado com o problema que o incorrigível carácter *post festum* de tais determinações representa um desafio fundamental para a transformação socialista. Um desafio que não pode ser evitado, colocado de lado ou adiado, mas que deve ser enfrentado desde o início.

Sob o sistema orgânico do capital plenamente desenvolvido o carácter *post festum* da interacção societal está claramente em evidência. Ele tem quatro aspectos principais.

Em primeiro lugar, o carácter social *post festum* da actividade produtiva, que não pode ser imaginado sem a destinação dos seus produtos para as relações de troca historicamente estabelecidas pelo sistema do capital no seio da produção generalizada de mercadorias, subordina-se à legitimidade selectiva/discriminatória do valor de uso pelo requisito absoluto do valor de troca lucrativo. Só através de tal mediação altamente problemática e altamente insustentável pode o processo de produção do sistema do capital desenvolver-se ao seu estágio mais avançado.

Em segundo lugar, o carácter inalterável da função correctiva potencial presente nesse sistema produtivo social *post festum*, com realce para os intercâmbios irracionais/adversários das empresas produtivas do capital no mercado. Mesmo que este último seja idealizado como a universal e benevolente “mão invisível”, essa idealização não cobre uma dimensão vital do problema. Nas suas determinações *post festum*, o mercado, visto como um conjunto de relações de poder económicas e políticas (caracteristicamente retorcido na sua representação como um mecanismo simples), só pode cobrir parcialmente o terreno relevante em caso de necessidade do sistema, mesmo quando é hipostasiado como o “mercado global” racionalmente operativo. Ele nunca pode tornar a socialidade *post festum* das práticas produtivas em práticas racionalmente controláveis.

O terceiro aspecto principal é o carácter necessariamente *post festum* da existência de planeamento mesmo nas mais gigantescas empresas quase-monopolísticas. Isto é parcialmente relacionado com a configuração geral do mercado na produção generalizada de mercadorias, aspecto sublinhado no ponto anterior. Mas não é apenas isso. Um factor ainda mais importante é o antagonismo fundamental e estrutural entre o capital e o trabalho que não é eliminável pelo sistema do capital, por mais voltas que se queira dar. O seu alcance vai dos utensílios organizacionais, técnicos e tecnológicos como o toyotismo[15] e a estratégia de assegurar “linhas de produção e reposição enxutas” nas empresas industriais transnacionais, até às formas mais autoritárias de legislação anti-laboral mesmo nos chamados países “democráticos”.

Em quarto lugar, o carácter *post festum* expressa-se nos ajustamentos realizados quando alguns grandes conflitos e perturbações irrompem na arena sociopolítica, tanto no quadro nacional como internacional. Activar as funções abertamente repressivas do Estado capitalista foi sempre uma forma normal de lidar com este tipo de problema. Nos casos mais graves a nível internacional isto levou a embarcar em violentas guerras, incluindo as duas guerras mundiais do século XX. Foi sempre algo normal para o capital operar na base de “recorrer à guerra sempre que falharem os outros meios de submeter os adversários”. Enquanto este princípio não for abandonado – como pode ser testemunhado pelas aventuras militares em que o poder imperialista dominante, os EUA com os seus aliados, se envolveu nas últimas décadas como a guerra do Vietname e o genocídio em curso no Médio Oriente – as perspectivas de uma potencial terceira guerra mundial representam um constrangimento racionalmente insuperável que pode resultar na aniquilação da

humanidade. Isto sublinha igualmente a incontrolabilidade e a destrutividade deste tipo de remédio post festum do sistema.

Em rigor, as formações pós-revolucionárias soviéticas não tinham nenhuma destas quatro características post festum no seu modo de controlo societal de reprodução. Contudo, tragicamente, algumas delas mantiveram-se operacionais durante as sete décadas, incluindo o falhanço para tornar o processo de produção directamente social. Da mesma forma, o carácter autoritário e retroactivo do seu modo altamente burocratizado de planificar e a arbitrária modificação depois do falhanço da primeira colocaram em relevo o carácter contraditório do seu modo de operação post festum. Como todos sabemos, a eventual aceitação da tirania do mercado, onde Gorbatchev inacreditavelmente proclamou como “ideologia dirigente” nada mais do que “a garantia para a renovação do socialismo” [16] – selou o seu destino no trajecto aberto para a restauração capitalista.

O grave problema neste contexto é que a determinação post festum dos processos sociais metabólicos torna impossível adoptar o princípio operativo e orientador da auto-crítica consciente. E, mais tarde ou mais cedo, a ausência de tal princípio nas sociedades que fazem as primeiras tentativas de instituir uma política revolucionária anti-capitalista, com uma direcção capitalista, faz com que estas estejam mais vulneráveis ao fracasso.

É relativamente fácil ser crítico relativamente a justificados aspectos negativos do passado, e mesmo a determinadas fases do presente. Contudo, o verdadeiro teste para a viabilidade de uma tentativa socialista é ser capaz de colocar em perspectiva histórica as presentemente afirmadas e aceites circunstâncias do desenvolvimento social. Não gratuitamente, para corresponder a aspirações formais peremptoriamente formuladas pelos indivíduos, como aconteceu no passado, com o intuito de superar, de forma cooperativa, os desafios reais tal como surgem no seio de determinadas condições de intercâmbio societal. É claro que tal tipo de crítica é concebível apenas através do exercício consistente da auto-crítica genuína, na base de aceder às determinações limitadas temporalmente e à correspondente validade relativamente limitada da parte já cumprida do todo dinâmico, com as suas contradições reais e potenciais, bem como as muito frequentes tentações de seguir a “linha de menor resistência”.

7.

Vamos limitar-nos à consideração de apenas um assunto absolutamente crucial: o processo genuíno de planificação. Dentre as suas características inerentes podemos claramente perceber a inseparabilidade da crítica e da igualmente importante modo de avaliação auto-crítico das tarefas e dificuldades associadas, tudo isto em conjunto com as formas viáveis de acção sempre que haja necessidade disso.

Os processos de tomada de decisão de tipo socialista, bem como a correspondente gestão prática das trocas metabólicas sociais, são inconcebíveis sem uma planificação global. Um tipo de planificação que conjuge e que em última análise integre num todo coerente, as preocupações particulares e as decisões conscientemente tomadas pelos indivíduos livremente associados.

Inevitavelmente isso significa que o suporte da herdade divisão hierárquica do trabalho social – que admitidamente simplifica muitas coisas para a camada dirigente – transporta um elevado preço para a maioria da população. Ela simplifica questões para os controladores e gestores do processo de tomada de decisões no capital, contudo, isso retira os indivíduos sociais do seu processo de tomada de decisões nesse campo. Naturalmente, tal suporte da divisão hierárquica do trabalho deve ser superado e substituído pelo exercício das faculdades voluntárias/conscientes da acção assumidamente auto-crítica pelos indivíduos sociais, envolvendo também a aceitação da completa responsabilização das suas acções. Esta forma de redefinir o processo de tomada de decisões entra neste âmbito, pois o suporte da divisão hierárquica do trabalho social não é apenas um mero suporte de conveniência do sistema mas é sobretudo uma pesada cadeia que amarra os indivíduos em seu torno.

A alternativa hegemónica necessária do trabalho implica uma radical modificação da divisão hierárquica/social do trabalho, com os seus imperativos práticos pré-estabelecidos, para uma combinação e organização apropriada do trabalho no seio da configuração estrutural de um qualitativamente diferente sistema orgânico do capital. Em tal sistema, graças à sua capacidade para superar as determinações post festum do intercâmbio reprodutivo. Nas palavras de Marx:

«o produto não tem de ser transposto para uma forma particular de forma a atingir um carácter geral do

individual. Em vez de uma divisão do trabalho, tal como ela é criada pela troca de valores de troca, ocorreria uma organização do trabalho cujas consequências seriam a participação do indivíduo no consumo comunal. No primeiro caso, o carácter social da produção coloca-se apenas post festum com a elevação dos produtos a valores de troca e com a troca destes últimos. No segundo caso, o carácter social da produção é pressuposto e a participação no mundo dos produtos, no consumo, não é mediado pela troca de trabalhos ou produtos de trabalho mutuamente independentes. Pelo contrário, é mediado pelas condições sociais de produção dentro das quais o indivíduo é activo»[17].

Abordamos aqui uma questão da maior importância. Na única alternativa hegemónica historicamente sustentável à ordem social metabólica do capital é necessário assegurar as condições para a superação irreversível da adversariedade, que pode ressurgir – e levar a uma possível restauração capitalista – a partir das determinações post festum mais ou menos cegas que regem a reprodução societal do capital. E a condição para superar a adversariedade passa necessariamente pela adequada manutenção de um amplo processo de planificação consciente e auto-crítico – ou seja, assente numa base continuamente reajustada racionalmente e não numa forma voluntarista e imposta sobre os indivíduos recalcitrantes a partir de cima.

Nesse sentido, consciência, auto-crítica, superação da adversariedade e a planificação genuína da reprodução societal em harmonia com a autónoma determinação da sua actividade-vida significativa pelos próprios indivíduos sociais, estão inextricavelmente combinadas entre si – indo além do anacrónico modo post festum de operacionalizar o intercâmbio social metabólico da humanidade com a natureza e entre os indivíduos – para tornar possível a positiva instituição do sistema orgânico comunal como a alternativa histórica necessária ao sistema orgânico do capital crescentemente destrutivo.

Nenhuma das condições supramencionadas pode ser descartada ou sequer parcialmente negligenciada. Sem a permanência de uma auto-crítica consciente nas formas de interacção pelos indivíduos livremente associados, o sistema comunal é impossível. Ao mesmo tempo, sem a realidade positivamente sustentada do próprio sistema comunal, que não pode ser edificado em torno de uma estruturalmente sustentada adversidade, o princípio orientador da auto-crítica consciente não é mais do que um postulado vazio. O novo sistema qualitativamente diferente não funciona sem a adopção livremente consciente destas práticas reprodutivas vitais – feitas na base da avaliação dos elementos duradouros do presente e do passado, livre do peso morto dos interesses mesquinhos e particulares – pelos indivíduos sociais. E, é claro, tal planificação é viável apenas através da positivamente determinada auto-crítica por todos os indivíduos que dessa forma podem identificar-se plenamente com os objectivos gerais do desenvolvimento social. Esta é a pré-condição necessária para uma real visão expandida rumo a um futuro em aberto, em claro contraste com o fechamento imposto aos indivíduos trabalhadores pelas incorrigíveis determinações post festum da anterior reprodução societal.

Compreensivelmente, a passagem das actuais formas de sociedade para um modo comunal de controlo social metabólico é a tarefa mais difícil, com os maiores obstáculos para a sua concretização. A transição, pela sua natureza, é sempre difícil, já que modos de interacção societal altamente enraizados e o comportamento individual podem ser significativamente modificados ou abandonados no seu conjunto no decurso da sua realização. No caso de uma forma radicalmente diferente de organizar a vida das pessoas por elas próprias, algo apropriado ao sistema comunal, a diferença é incomensurável comparada com algo existente no passado.

Tais dificuldades não devem nunca fornecer uma desculpa para abandonar a perspectiva ou secundarizar os requisitos objectivos e subjectivos de uma transição para um sistema comunal. O seu desenvolvimento acabado demorará, não tenhamos dúvidas, bastante tempo. Contudo, mesmo na fase mais recuada da sua realização é necessário adoptar a visão geral do sistema, com os seus critérios claramente definidos, alguns dos quais que são o real alvo da transformação social e o necessário motor do caminho a percorrer. Os princípios orientadores da crítica e da auto-crítica são directamente relevantes neste aspecto.

Notas:

[1] Esta expressão de Hegel aponta, provavelmente, para o significado de uma das sete maravilhas do Mundo Antigo – o Colosso de Rodes situado na ilha grega do mesmo nome – que, segundo a lenda, constituiria uma estátua em bronze com mais de 30 metros de altura. Daí o salto de Rodes, a dificuldade em ultrapassar obstáculos imensos e, num primeiro momento, intransponíveis. [Nota do tradutor].

[2] Marx, *Economic and Philosophical Manuscripts of 1844*, p. 152.

[3] Marx, *Capital*, vol. 1, p. 81.

[4] Marx, *Grundrisse*, pp. 105-6.

[5] Henry Home (Lord Kames), *Loose Hints upon Education, chiefly concerning the Culture of the Heart*, Edinburgh & London, 1781, p. 284.

[6] *Ibid.*, p. 257.

[7] Marx disse a este respeito que «foi um enorme passo em frente dado por Adam Smith por superar todas as especificações que limitavam a compreensão da actividade produtora de riqueza – não apenas na manufactura, ou no trabalho comercial e agrícola, mas no trabalho em geral. Como regra, as abstrações mais gerais surgem apenas no seio do desenvolvimento concreto mais rico, quando uma coisa aparece como comum a todos. Assim, deixa de ser pensada apenas como uma forma particular. Indiferença em relação a trabalhos específicos corresponde a uma forma de sociedade onde os indivíduos podem facilmente transferir-se de uns para os outros e em que cada tarefa específica é uma matéria de oportunidade para eles, portanto de indiferença. Não apenas a categoria trabalho, mas o trabalho real tornou-se a forma de criar riqueza no geral, ao mesmo tempo que deixou de estar organicamente ligada a indivíduos particulares a trabalharem em formas específicas». Marx, *Grundrisse*, p.104.

[8] Adam Smith, *The Wealth of Nations*, Adam and Charles Black, Edinburgh, 1863, p.273.

[9] MECW, vol. 11, pp. 106-7.

[10] Como num artigo numa conferência em Pequim, e mencionado recentemente na *Monthly Review*, afirmava, alguns participantes chineses defendiam que «quando uma empresa controlada pelo Estado é transformada numa sociedade de acções com muitos accionistas isso representa uma socialização da propriedade tal como Marx e Engels descreveram, pois a propriedade iria de um único detentor, o Estado, para uma série mais alargada de proprietários, os accionistas. Se estas empresas controladas pelo Estado são transformadas em sociedades de acções e se aos seus empregados são dadas alguns títulos da bolsa, isto está a atingir os objectivos de Marx da “propriedade privada”. Ao lidar com as empresas controladas pelo Estado devemos seguir normas internacionais e estabelecer um sistema moderno de direito de propriedade. [Como na União Soviética e noutros países do Leste no final dos anos 80, os termos em quotas eram eufemismos para introduzir normas capitalistas e direitos capitalistas de propriedade]. As empresas podem ser eficientes se forem controladas por privados. [Esta comunicação apoiada por muita gente vem directamente da teoria económica neoclássica ocidental]» David Kotz, “O estado do marxismo oficial na China de hoje”, *Monthly Review*, vol.59, n.º4, Setembro de 2007, p.60-61.

[11] Marx, *Grundrisse*, p. 512.

[12] *Ibid.* p. 303. Os escritos aludidos por Marx são de John Gray, *The Social System* (p. 36), e de J.F. Bray, *Labour's Wrongs* (pp. 157-76).

[13] Marx, *Economic Works: 1861-64*, MECW, Vol. 34, p. 422.

[14] Ver em particular as secções 17.2 (“Socialismo num só país”), 17.3 (“O falhanço da desestalinização e o colapso do socialismo realmente existente”) e 17.4 (“A tentativa de mudança da extracção política para a extracção económica do trabalho excedente: Glasnost e Perestroika sem o povo”) de *Para Além do Capital*, páginas 622 a 672 da versão inglesa.

[15] Ver, por exemplo, os escritos de Ricardo Antunes – incluindo *Adeus ao trabalho?* (Cortez, São Paulo, 1995) e *Os sentidos do trabalho* (Boitempo, São Paulo, 1999) – a este respeito.

[16] Vadim Medvedev, “The Ideology of Perestroika”, in *Perestroika Annual*, vol. 2, edited by Abel Aganbegyan, Futura/Macdonald, London, 1989, p. 32.

[17] Marx, *Grundrisse*, p. 172.

Este artigo foi-nos remetido pelo autor

* Istvam Meszaros é amigo e colaborador de odiario.info

Tradução de João Aguiar

 [Imprimir](#)

 [Enviar](#)

Compartilhe:



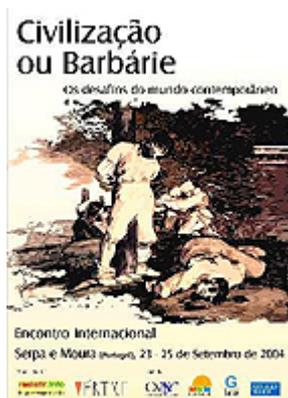
[Serpa 2010](#)



[Serpa 2007](#)



[Serpa 2004](#)



[:: ODiario.info ::](#)

[Stats](#)

Desenho: lahaine.org